



# OLHO VIVO

**Pré-sal: esforço, investimento e tecnologia**

Brasil é o único país no mundo com tecnologia para extrair petróleo em águas ultraprofundas

Pág. 2



PUBLICAÇÃO DO COMITÊ PARANAENSE EM DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO | OUTUBRO DE 2015

# Passaporte para o futuro

Exploração e industrialização de petróleo são capazes de colocar o país em outro patamar de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, existem setores da sociedade que querem entregar nossas riquezas para o capital estrangeiro.



» Entreguistas

**Por que querem tirar o pré-sal da Petrobrás?**

Pág. 3



» Patrimônio Nacional

**A GIGANTE PETROBRAS**



Pág. 4



# O futuro em nossas mãos



Exploração e industrialização do petróleo brasileiro são capazes de mudar a realidade socioeconômica nacional

O petróleo é a principal matriz energética do mundo e deve continuar sendo por pelo menos mais 50 anos. É motivo da cobiça do capital financeiro e das principais guerras neste século.

Em relação ao “ouro negro”, o Brasil tem muito a celebrar. No ano de 2006, após a Petrobrás aumentar em 700% seus investimentos em pesquisa e prospecção, chegando a destinar cerca de R\$ 300 milhões por dia para essas áreas durante vários anos, foram descobertas as gigantescas reservas de petróleo leve na camada do pré-sal. Segundo pesquisa recente do Instituto Nacional de Óleo e Gás da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), o pré-sal pode conter 176 bilhões de barris ainda não comprovadas, podendo chegar a 273 bilhões de barris.

Após a descoberta do pré-sal - e sem considerar as estimativas do estudo - o Brasil saltou da 15ª para a 2ª posição no ranking dos países com as maiores reservas provadas de petróleo, à frente da Arábia Saudita e atrás apenas da Venezuela.

Junto com o anúncio de que o Brasil possuía gigantescas reservas veio o desafio de mudar a legislação do petróleo. A lei antiga era no modelo de concessão, ou seja, o governo leiloava áreas com potencial de exploração e a empresa vencedora produzia livremente, apenas com a contrapartida de pagamento dos royalties à união, estados e municípios. O governo tratou de alterar o marco regulatório e aprovou a Lei da Partilha. A diferença é que no regime de concessão o vencedor do leilão é dono de todo o petróleo que produz. Já no regime de partilha, o Estado é o dono do petróleo produzido e o vencedor da licitação tem direito a uma parcela do petróleo,

firmado em contrato, sendo que o Estado fica com, no mínimo, 41,65%; não há pagamento de participação especial e taxas de ocupação, mas há bônus de assinatura de contrato, pagamentos de royalties de 15% do valor da produção e o pagamento de tributos e contribuições sociais. Além disso, a Petrobrás deve ter participação mínima de 30% nos consórcios de exploração.

Para garantir que as futuras gerações de brasileiros se beneficiarão dessa riqueza finita, o governo brasileiro criou em 2008 um Fundo Social para aplicar recursos obtidos com a exploração. As reservas de petróleo não são eternas: um dia elas vão acabar. Aplicar bem o dinheiro obtido com a exploração desse tesouro submerso é essencial para o futuro do país. Além disso, também foi estabelecido que as verbas obtidas através dos royalties do pré-sal devem ser aplicadas apenas nas áreas de educação (75%) e saúde (25%).

Estimativas apontam que o pré-sal deve gerar valores superiores aos US\$ 20 trilhões. É uma riqueza capaz de colocar o país em outros patamares de desenvolvimento econômico e social. O pré-sal é um passaporte para um futuro muito promissor.

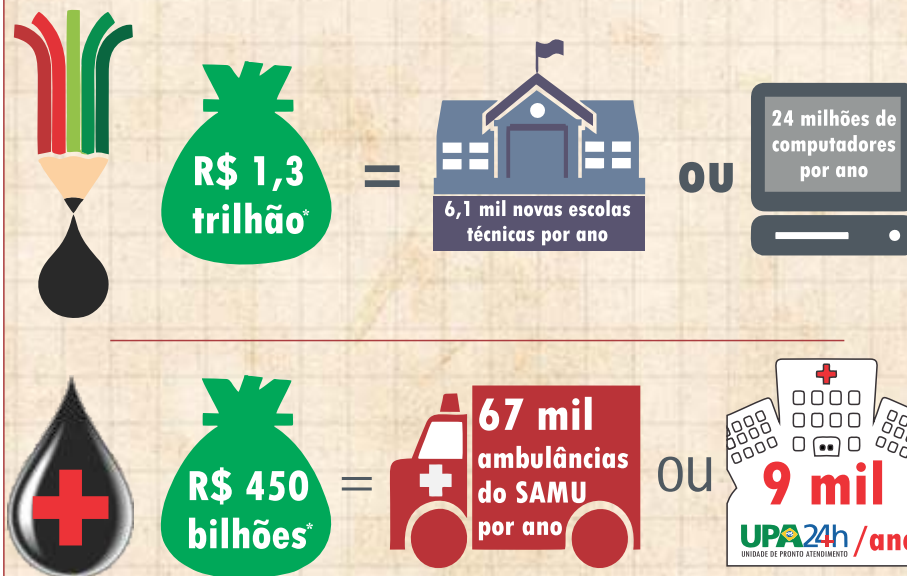
Todavia, todo esse dinheiro desperta interesses contrários aos da população. As grandes empresas internacionais e o capital financeiro especulativo estão de olho no pré-sal e agem através de seus representantes na política. Tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que estabelecem a volta do regime de concessão. Isso significaria tirar as riquezas do pré-sal das mãos do povo e coloca-lo no colo das multinacionais estrangeiras e grandes investidores.

## Pré-sal: esforço, investimento e tecnologia

A descoberta do pré-sal é fruto de muito esforço e investimento. Nos últimos 12 anos, o governo adotou uma política de investimentos maciços em pesquisa, prospecção e criação de novas tecnologias. Enquanto as grandes petrolíferas aplicam em média 0,4% de sua receita líquida no desenvolvimento de tecnologias, a Petrobrás – empresa estatal brasileira – investe o dobro: 0,8%. Não à toa, a Petrobrás é a empresa de energia que mais desenvolve tecnologias no mundo.

Isso é necessário porque extrair petróleo na área do pré-sal não é tarefa fácil. As reservas estão a no mínimo 5 km de distância do nível do mar. É necessário atravessar 2 km de lâmina d'água e perfurar outros 3 km para alcançar o petróleo. Nenhuma outra empresa no mundo teria hoje condições de operar o pré-sal sem a participação da Petrobrás. A capacidade técnica de seus trabalhadores para explorar petróleo em tal profundidade rendeu à empresa o prêmio OTC, o maior reconhecimento internacional do setor. No início de maio, a Petrobras recebeu pela terceira vez a premiação.

## As verbas do pré-sal na saúde e educação



\*Perspectiva com base em números da ANP (Agência Nacional do Petróleo) para 35 anos de repasse dos royalties e fundo soberano.

# Por que querem tirar o pré-sal da Petrobrás?

A Petrobrás descobriu o pré-sal há apenas nove anos, mas já produz mais de um milhão de barris diários nessas reservas. Para alcançar esse número em outras áreas o Brasil precisou de 40 anos. O país ocupa o primeiro lugar no ranking mundial das maiores descobertas de petróleo e três das dez principais reservas de óleo e gás do planeta pertencem à estatal petrolífera brasileira.

Porém, isso incomoda muita gente. Os chamados “entreguistas” lá na década de 40 do século passado, que durante a campanha “O petróleo é nosso” tentavam abrir o petróleo do Brasil para as empresas estrangeiras, continuam atuantes no Congresso Nacional. O senador José Serra (PSDB/SP) é um deles. Apresentou o Projeto de Lei 131/2015 que tira a Petrobrás da função de operadora exclusiva do pré-sal e acaba com sua participação mínima de 30% nos campos licitados. Trata-se do início de uma campanha em curso para tirar as grandiosas reservas de petró-

leo do controle do estado e deixá-la nas mãos do setor privado.

Outros dois Projetos de Lei que prejudicam a soberania nacional correm em paralelo na Câmara dos Deputados, visando acabar com o regime de partilha de produção do pré-sal, que assegura ao Estado brasileiro parte importante desse petróleo. O PL 6726/13, do deputado Mendonça Filho (DEM/PE), retoma o modelo de concessão e aguarda votação no Plenário do regime de urgência. Outro projeto de lei para acabar com o regime de partilha foi proposto pelo deputado Jutahy Junior (PSDB/BA).

As investidas contra o pré-sal têm por objetivo retirar das mãos da Petrobrás e do Estado o controle destas reservas estratégicas. Além de Serra, outro senador tucano, Aloysio Nunes (PSDB/SP), também tem um projeto correndo por fora (o PLS 417/2014) para tentar derrubar no Senado o regime de partilha. É evidente que existe um cerco no



Autor do projeto que tira a Petrobrás do pré-sal prometeu entregá-lo à Chevron

Congresso Nacional para tentar entregar o pré-sal às multinacionais, como Serra prometeu à Chevron (conforme telegrama divulgado no

Wikileaks). Mais do que nunca, é preciso intensificar a luta para barrar os entreguistas.

## Lei em teste

A Lei 12.351/2010, que criou regras soberanas para exploração do pré-sal, levou 15 meses de debates e votação no Congresso e sequer teve tempo de ser devidamente testada. Libra, o único campo que será explorado sob o novo modelo, só deverá entrar em produção em 2020, ou seja, sete anos após ter sido leiloado.

Contudo, falta sustentação legal para o principal argumento dos que defendem mudanças nas regras do pré-sal. A alegação é de que a Petrobras não teria condições financeiras de sustentar sua participação obrigatória nos campos que serão leiloados no futuro. A própria Lei 12.351/2010 prevê que o governo, por meio do Conselho Nacional de Política Energética, é quem define o ritmo de contratação dos blocos do pré-sal, ou seja, de realização dos leilões. A lei também diz que é o governo que estabelece os valores dos bônus de assinatura. Portanto, a tentativa que está em curso é de utilizar uma situação conjuntural da Petrobras para conseguir tirar a empresa do pré-sal.

## Vender parte da Petrobrás é um erro; integração garante resultados

Novo plano de negócios prevê venda de patrimônios e redução de investimentos. Trata-se de uma tentativa disfarçada de privatizar a maior empresa da América Latina.

Reduzir em US\$ 76 bilhões os investimentos e vender ativos (unidades e instalações industriais) no valor de US\$ 57,7 bilhões. Esse é o novo plano de negócios da Petrobrás, aprovado pelo Conselho de Administração da empresa como a “solução” para os problemas que a estatal atravessa.

Se a redução dos investimentos é algo ruim, pois significa cortar pesquisas e até mesmo economizar em áreas fundamentais, a exemplo da manutenção industrial; pior ainda é vender patrimônios valiosos e lucrativos, como gasodutos, navios petroleiros, poços de petróleo e até mesmo parte



de empresas subsidiárias. Em situação de risco imediato estão a Gaspetro, BR Distribuidora e a Transpetro.

A BR, fundada em 1971, possui mais de 7.500 postos de serviços e constitui a maior rede de postos do país. É a única que está presente em todo o território nacional e que fornece para mais de 10 mil grandes clientes, entre indústrias, termoeletricas, companhias

aéreas e frotas de veículos leves e pesados.

Já a Transpetro foi criada em 1998 a partir da lei que acabou com o monopólio estatal no setor petróleo e abriu o mercado ao capital privado. Essa mesma lei determinou que a Petrobrás constituísse uma subsidiária para operar e construir seus dutos, terminais marítimos e terrestres e embarcações

para transporte de petróleo. Hoje a Transpetro é proprietária de 7,5 mil quilômetros de oleodutos e 7,1 mil quilômetros de gasodutos, além de 49 terminais terrestres e marítimos e 53 navios de grande porte. Ela emprega mais de cinco mil trabalhadores próprios e obteve lucro líquido de R\$ 905 milhões em 2014.

A justificativa oficial para um possível “desmantelamento” é econômica. Além das perdas financeiras decorrentes da corrupção, investigada pela Operação Lava Jato, a alta do dólar, a queda do preço do barril de petróleo e os prejuízos com a administração dos preços dos combustíveis abaixo do mercado internacional aumentaram as dívidas da estatal, atualmente em cerca de US\$ 400 bilhões, mas a maioria de longo prazo.

## Não há necessidade de vender ativos



A Petrobrás conta com volumes recuperáveis de petróleo equivalente da ordem de 30 bilhões de barris de petróleo, além das atuais reservas de 16 bilhões de barris, o que totaliza 46 bilhões de barris. Estudo do consultor legislativo da área de recursos minerais, hídricos e energéticos Paulo César Ribeiro Lima, publicado em março de 2015, aponta que a estimativa que as áreas de exploração da Petrobrás já descobertas possam gerar receitas líquidas para empresa de aproximadamente R\$ 3 trilhões até 2030. Valor que supera facilmente a dívida acumulada da Petrobrás.

## Fortalecimento da indústria nacional



A Petrobrás detém todo o parque de refino do país, os terminais e os dutos. Isso integra a cadeia produtiva do petróleo do “poço ao posto”. É necessário garantir essa integração, pois é no refino e na indústria petroquímica onde estão os valores agregados dos produtos, de onde se fabricam mais de três mil itens, como peças para aparelhos eletrônicos, roupas, calçados, medicamentos e tantos outros.

Para além da Petrobrás, o desenvolvimento nacional da cadeia produtiva do petróleo representa o fortalecimento da indústria nacional. A Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip) calcula que o número de empregos na cadeia de petróleo e gás no Brasil pode atingir 2,5 milhões em 2020.

Foi pensando justamente em desenvolver a indústria nacional que o governo criou a política de conteúdo local, na qual as empresas que adquirirem áreas de exploração de petróleo em leilões comprometem-se em contratar serviços, peças e equipamentos produzidos pela indústria brasileira. Só exportar petróleo bruto colocaria o Brasil de volta à lógica do colonialismo. Com o novo plano de negócios e gestão, parece que é exatamente desta forma que os diretores da Petrobrás pensam.

# A gigante Petrobrás

A Petrobrás virou alvo de uma das maiores crises envolvendo empresa pública no Brasil. Denúncias de desvios de cifras bilionárias, ex-diretores presos e queda abrupta de suas ações. No entanto, a petrolífera brasileira é muito maior do que essa turbulência. É a maior produtora de petróleo entre as empresas de capital aberto. Também é a maior empresa brasileira em lucro e faturamento e a 28ª no mundo, de acordo com levantamento da Forbes.

Os números da companhia impressionam. Está presente em 17 países, tem 86 mil funcionários próprios e sua receita anual de venda é de R\$ 304,89 bilhões. Sua frota de navios é composta por 326 embarcações, sendo 57 de sua propriedade. A faixa de dutos que atravessa o país é de mais de 34 mil quilômetros.

A produção diária da Petrobrás é de 2 milhões e 569 mil barris de óleo equivalente (agosto/2015) e possui reservas provadas de 16,57 bilhões de barris. A maior parte desta produção é realizada no mar, com 134 plataformas, sendo 77 fixas e 57 flutuantes.

As 15 refinarias da Petrobrás são responsáveis pela produção de 2 milhões e 124 mil barris de derivados por dia. Ainda possui cinco usinas de biodiesel, dez usinas de etanol em parceria, 21 usinas termelétricas, quatro usinas de energia eólica e três fábricas de fertilizantes.

Todo esse patrimônio é da Petrobrás, portanto, do povo brasileiro. E assim deve continuar sendo.



**Maior**  
empresa brasileira  
em lucro e faturamento  
e 28ª no mundo



**86 mil**  
trabalhadores  
próprios



**326**  
embarcações,  
sendo 57 próprias



**134**  
plataformas



**15**  
refinarias



**Produção de**  
**2 milhões**  
e 124 mil barris/dia  
ago/2015

### Expediente

O Olho Vivo é um informativo do Movimento Paranaense em Defesa do Patrimônio Público e da Igualdade Social. Sede: Rua Lamenha Lins, 2064, Rebouças, Curitiba-PR | Tel: (41) 3332.4554 | Contato: olho.vivo.contato@gmail.com